



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL

Samara Santos Andrade

**A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LAGOA SECA/PB ACERCA DA CONVIVÊNCIA
FAMILIAR**

Campina Grande
2012

Samara Santos Andrade

**A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LAGOA SECA/PB ACERCA DA CONVIVÊNCIA
FAMILIAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba como pré-requisito para obtenção do título de bacharel Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz

Campina Grande
2012

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca de Serviço Social "Luiza Erundina" – UEPB

A553p

Andrade, Samara Santos.

A percepção dos usuários do centro de referência de assistência social de Lagoa Seca/PB acerca da convivência familiar [manuscrito] / Samara Santos Andrade. – 2012.

35 f.: il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

“Orientação: Profa. Ma. Adriana Freire Pereira Férriz, Departamento de Serviço Social”.

1. Assistência Social. 2. Convivência Familiar. 3. CRAS. 4. Conflito Familiar. 5. Serviço Social. I. Título.

21. ed. CDD 361.3

Samara Santos Andrade

**A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LAGOA SECA/PB ACERCA DA CONVIVÊNCIA
FAMILIAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Serviço Social da Universidade
Estadual da Paraíba como pré-requisito para
obtenção do título de bacharel Serviço Social.

Aprovada em: 03/07/2012

BANCA EXAMINADORA

Adriana Freire Pereira Fériz

Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Fériz – DSS/UEPB
Orientadora

Thaísa Simplicio Carneiro

Profa. Ma. Thaísa Simplicio Carneiro – DSS/UEPB
Examinadora

Christiano das Neves Viana Amorim

Christiano das Neves Viana Amorim – Supervisor de campo
Examinador

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Sexo e Idade	19
Gráfico 02 - Situação civil dos usuários	20
Gráfico 03 - Escolaridade	22
Gráfico 04 - Profissão/Ocupação	22
Gráfico 05 - Atividades recebidas no CRAS	25

LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPs	Caixas de Aposentadoria e Pensões
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
IAPs	Institutos de Aposentadoria e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB	Norma Operacional Básica
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

RESUMOS	7
1 INTRODUÇÃO	8
2 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	9
3 A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NO ÂMBITO DO SUAS	15
4 A PERCEÇÃO DOS USUÁRIOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LAGOA SECA ACERCA DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR	19
4.1 O PERFIL SÓCIOECONÔMICO DOS SUJEITOS	19
4.2 A PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS DO CRAS	24
4.3 A PERCEÇÃO DOS USUÁRIOS DO CRAS DE LAGOA SECA/PB ACERCA DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR	25
5 APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS	30
REFERÊNCIAS	32
APÊNDICES	34

A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LAGOA SECA/PB ACERCA DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR

Samara Santos Andrade

Resumo: Atualmente as famílias brasileiras passam por diversas transformações, a principal delas é a ruptura dos vínculos familiares. Estamos em um momento em que os valores familiares e afetivos estão perdendo sua importância. Ao mesmo tempo em que os poderes públicos estão centralizando sua atuação na família. Dentro deste contexto, o artigo em pauta tem como objetivo geral analisar a percepção dos usuários do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Lagoa Seca/PB acerca da convivência familiar. Tendo como objetivos específicos: traçar o perfil das famílias atendidas pelo CRAS; Levantar as opiniões dos usuários do CRAS sobre as condições de convivência familiar; perceber as contribuições do CRAS para o fortalecimento da convivência familiar; e Identificar os avanços conquistados pelos usuários no âmbito da convivência familiar a partir do ingresso dos mesmos na instituição. Os sujeitos da pesquisa foram 14 usuários nos grupos do CRAS de Lagoa Seca. A coleta de dados foi feita com pessoas selecionadas aleatoriamente durante os horários de funcionamento dos grupos, através de formulários. Constatou-se a carência de ações voltadas para construção de vínculos familiares que atenda o que preconiza o SUAS acerca da convivência familiar. Conclui-se, no entanto que o CRAS oferece condições estruturais e financeiras para o atendimento adequado das famílias. Observa-se, no entanto, a falta de atividades voltadas para o fortalecimento de vínculos, no sentido de melhorar o entendimento e o conhecimento dos usuários sobre a convivência familiar, o desenvolvimento da pessoa humana e para contribuir na melhoria da sua qualidade de vida das famílias.

Palavras-chave: Convivência familiar, CRAS, Conflito familiar.

Abstract: Currently the Brazilian families go through transformations, and different modes in the relationship. Rupture of links becomes increasingly more frequent, we are in a time where family values and affective are losing their importance. At the same time in which the public authorities are centralizing its operations in the family. Within this context, the article on the agenda aims to analyze the general perception of the users of the Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) from Lagoa Seca/PB about family life. Having as specific objectives: draw the profile of the families served by the CRAS; Raise the opinions of users of CRAS family living conditions; realize the contributions of CRAS to strengthening family life; and Identify the progress achieved by users within the framework of family life from the entry thereof in the institution. The subject of research were 14 users in groups of CRAS in Lagoa Seca, data collection was made with persons randomly selected during the hours of operation of the groups, through forms. It was noted the lack of actions directed to building family ties that meets what advocates IT'S about familial. It is concluded, however that the CRAS offers financial and structural conditions for the proper care of families. There is, however, a lack of activities aimed to strengthen links in order to improve understanding and knowledge of the users about the family life, the development of the human person and to contribute to the improvement of their quality of life of families.

Key-Words: Family living, CRAS, family conflict.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa em pauta debate sobre a temática da convivência familiar. A família nos tempos atuais, em especial no nosso país, está envolvida em mudanças e padrões diferentes de relacionamento. Com seus vínculos desgastados, que vem se destruindo aos poucos no cotidiano familiar, torna-se cada vez mais difícil relacionar-se. Estamos vivendo em uma época diferente de outras já passadas, onde os valores familiares e afetivos já não são mais vistos como antigamente, e a família está sendo abalada tanto na convivência interna como na externa.

Nessa perspectiva, o objetivo central da pesquisa foi analisar a percepção dos usuários do Centro de Referência da Assistência Social de Lagoa Seca/PB acerca da convivência da familiar, tendo sua centralidade reafirmada pela matricialidade sociofamiliar (eixo estruturante do Sistema Único de Assistência Social - SUAS).

Os objetivos específicos da pesquisa foram: traçar o perfil das famílias atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Lagoa Seca/PB; Levantar as opiniões dos usuários do CRAS sobre as condições de convivência familiar; perceber as contribuições do CRAS para o fortalecimento da convivência familiar; e Identificar os avanços conquistados pelos usuários no âmbito da convivência familiar a partir do ingresso dos mesmos no CRAS do Município de Lagoa Seca/PB.

Neste século, observa-se uma mudança na condução da política social, em que a família assume centralidade, como na política de Assistência Social. E os Centros de Referência da Assistência Social, tem por objetivo oferecer serviços de assistência comunitária às famílias e indivíduos que necessitam de orientação e apoio na integração do convívio social. Estes serviços são gratuitos e estão previstos na Constituição Federal de 1988 e instituído na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Art. 22, capítulo IV e é regulamentado pelo decreto n. 6.307 de 14 de dezembro de 2007. A referida lei trata ainda dos auxílios concedidos com base no direcionamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

O interesse pelo tema foi despertado por ocasião das experiências vividas cotidianamente durante o período de um ano e seis meses no estágio supervisionado no CRAS do município de Lagoa Seca/PB (conhecido também pelo nome de Casa da Família), órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social

e Combate à Fome (MDS), que potencializa o alcance das ações e políticas sociais, promovem o apoio para manter e sustentar os vínculos familiares e comunitários.

A relevância do estudo para o meio acadêmico é inegável, em especial para o Serviço Social e as demais áreas que compõem o SUAS, porque traz discussões acerca da família, do CRAS e poderá contribuir com os profissionais que atuam com famílias na área da assistência, pois a Família é uma peça fundamental em nossa sociedade, uma vez que a família desestruturada gera pessoas propensas ao risco e vulnerabilidade social.

O universo da pesquisa foi composto pelos usuários cadastrados do CRAS de Lagoa Seca. A nossa intenção inicial era de definir uma amostra de cinco usuários de cada grupo existente no CRAS (Grupo de gestantes, Idosos e Mulheres), no entanto, no momento da coleta de dados só foi possível a aplicação de 14 formulários, sendo 5 com usuários do grupo de gestantes, 4 com usuários do grupo de idosos e 5 com usuárias do grupo de mulheres.

Após a coleta de dados passamos ao momento da leitura e categorização das informações contidas nos formulários aplicados. Nesse momento foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, seguindo as fases propostas por Bardin (apud RICHARDSON, 1999) a pré-análise, que constitui o momento da organização propriamente dito, objetivando operacionalizar e organizar as ideias; 2) a análise do material, que consiste na codificação e categorização dos dados; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

O trabalho está estruturado em cinco seções. A primeira traz os aspectos introdutórios. A segunda seção discorre sobre o processo histórico da Assistência Social brasileira a partir da atuação dos principais órgãos existentes na área. A terceira seção é dedicada à centralidade da família no âmbito do SUAS. Na quarta seção apresentamos e discutimos os resultados da pesquisa. E, por fim, na quinta seção trazemos algumas aproximações conclusivas acerca do tema estudado.

2 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Este tópico fará um breve recorte histórico sobre a política de Assistência Social no Brasil. Elucidará sobre a trajetória da Assistência Social no contexto da

Constituição Federal de 1988 e sua inclusão na seguridade como política pública. Em seguida apresentara a estrutura do SUAS no âmbito da proteção social básica.

No Brasil, a Lei Eloy Chaves de 1923, funda, por intermédio das Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), um modelo de proteção social (previdenciária e médico-assistencial) inicialmente para os trabalhadores das empresas ferroviárias. Este sistema evolui, nos anos 1930, com a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs). Nessa época predominaram as políticas de previdência e de saúde apenas para aqueles que pudessem pagar. Enquanto a Assistência Social encontrava-se sem o devido reconhecimento legal, mas vinculada institucionalmente e financeiramente à previdência social.

Cabe situar, que posteriormente por meio das políticas sociais públicas, o empresariado, procura mecanismos que visam à colaboração entre capital e trabalho. Neste contexto, em plena ditadura de Vargas, é criada em 1942, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), primeira instituição assistencial de porte nacional. Ela é referência na História da Assistência Social no Brasil, através dela foi possível traçar os primeiros e principais debates que estimularam os Constituintes a compreenderem que a Assistência Social deveria ser pensada e definida como direito.

Mas apenas com a Constituição Federal de 1988 foi possível que as políticas de previdência, saúde e Assistência Social fossem reorganizadas com novos princípios e diretrizes e passar a integrar o sistema de seguridade social brasileiro, como mostra a Constituição, em seus artigos 203 e 204:

A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: **I** - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; **II** - o amparo às crianças e adolescentes carentes; **III** - a promoção da integração ao mercado de trabalho; **IV** - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; **V** - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. As ações governamentais na área da Assistência Social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no Art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: **I** - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas as

esfera estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de Assistência Social; II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (BRASIL, 1988, p. 73).

Deste então, a Assistência Social torna-se uma Política Pública, direito do cidadão e dever do Estado, e passa a compor o sistema de proteção social brasileiro, como direito social não contributivo.

Em 7 de dezembro de 1993, é promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social n. 8.742, a qual estabelece normas e critérios para a organização da Assistência Social no Brasil (BRASIL, 1993) e regulamenta os artigos 203 e 204 da Constituição Federal. A partir desta data, todas as ações assistenciais tiveram um novo arranjo, agora o estado executa as ações tratando a assistência como um direito e não como um favor. E segundo a LOAS, art. 2º, a Assistência Social terá por objetivos (BRASIL, 1993, p. 9):

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de 1(um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Posteriormente, em 22 de setembro de 2004 é aprovada a Política Nacional da Assistência Social, a qual tem como perspectiva a implementação do Sistema Único da Assistência Social. Tal iniciativa tem como pressuposto o cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003, em Brasília, bem como das diretrizes da LOAS. A PNAS (BRASIL, 2004) aborda a questão da proteção social em uma perspectiva de articulação com outras políticas do campo social que são dirigidas a uma estrutura de garantias de direitos e de condições dignas de vida. Constitui-se num momento histórico já que se trata de transformar em ações diretas, o que está previsto na Constituição de 1988 e na LOAS (BRASIL, 2004). Assim, define a PNAS:

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS -

em dezembro de 1993, como política social pública, a Assistência Social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal (BRASIL, 2005, p. 31).

Nesse contexto, a nova Política de Assistência Social traz em seu bojo um novo modelo de gestão chamado SUAS, que teve suas bases de implantação consolidadas em 2005, por meio da Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), que apresenta as competências de cada órgão federado e consagra os eixos estruturantes e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação, visando a implementação e consolidação do SUAS. Este por sua vez, estabelece duas formas de proteção social, que se ocupam das vulnerabilidades e riscos que os cidadãos enfrentam em caminho. A proteção social básica e a proteção social especial compõem essas duas formas, sendo a primeira responsável por prevenir situações de risco, e a segunda, já intervindo em casos em que há situações de risco com ou sem rompimento dos vínculos familiares.

Segundo Brasil (2004), a Proteção Social Básica destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social; enquanto que a Proteção Social Especial destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros. ¹Também são oferecidos pelo SUAS, Benefícios Assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e outros eventuais, que compõem a proteção social básica (BRASIL, 2004).

Com a implantação do SUAS se efetivou em todo o território o modelo de gestão descentralizado e participativo, que se constituiu, segundo a PNAS (BRASIL, 2005, p. 39):

Na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território tem como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que dele necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, cofinanciamento da política pelas três

¹ Tanto o BPC como os benefícios eventuais estão previstos desde a regulamentação da LOAS.

esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes tem o papel efetivo na sua implementação.

O SUAS vem sendo implantado em todo território nacional através dos CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e se constitui na regulação e organização em todo território das ações socioassistenciais. Nele, os serviços, benefícios, programas e projetos têm como foco prioritário a família, seus membros e indivíduos e em especial as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. O SUAS busca efetivar em todos os municípios brasileiros a implantação de no mínimo um CRAS que venha a atender os serviços de proteção social básica, os quais são executados de forma direta à população.

Os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica devem estar articulados com as demais políticas públicas locais para que possa haver a superação das condições de vulnerabilidade, bem como a prevenção de situações de risco potencial. Devem ainda articular-se com os serviços de proteção especial, a fim de que sejam efetivados encaminhamentos quando necessário. Pois como conta nas orientações técnicas do CRAS:

A articulação é o processo pelo qual se cria e mantém conexões entre diferentes organizações, a partir da compreensão do seu funcionamento, dinâmicas e papel desempenhado, de modo a coordenar interesses distintos e fortalecer os que são comuns. A articulação da rede de proteção social básica, referenciadas ao CRAS, consiste no estabelecimento de contatos, alianças, fluxos de informações e encaminhamentos entre o CRAS e as demais unidades de proteção social básica do território (BRASIL, 2009, p. 21).

Dessa forma, o CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizada em áreas de vulnerabilidade social, responsável pela execução de serviços relacionados à proteção social básica, onde se desenvolve o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). O PAIF é um serviço continuado de proteção social básica (Decreto n. 5.085, de 19 de maio de 2004), desenvolvido nos CRASs, mais conhecidos como "Casas da Família".

Isso porque se organizam a partir do foco de atendimento na família. Dessa forma, além de potencializar o alcance das ações e políticas

sociais, promovem o apoio para manter e sustentar os vínculos familiares e comunitários, com todos os bons efeitos que tem na sociedade (ANANIAS, 2007, 2).

Esses Centros são espaços físicos localizados estrategicamente em áreas de pobreza, mas é importante destaca que:

Este território não se restringe à delimitação espacial. Constitui um espaço humano, habitado. Ou seja, o território não é somente uma porção específica de terra, mas uma localidade marcada por pessoas que ali vivem. É nos espaços coletivos que se expressam a solidariedade, a extensão das relações familiares para além da consanguinidade, o fortalecimento da cumplicidade de vizinhança e o desenvolvimento do sentimento de pertença e identidade. O conceito de território, então, abrange as relações de reconhecimento, afetividade e identidade entre os indivíduos que compartilham a vida em determinada localidade (BRASIL, 2009, p. 13).

Os objetivos do Serviço Social no CRAS estão pautados numa disposição de estratégias de ações, através de uma prática comprometida e crítica-reflexiva, na tentativa de modificar uma realidade, estimulando a participação dos sujeitos sociais nas decisões que lhes dizem respeito, bem como, na defesa de seus direitos e no acesso aos meios de exercê-los.

Como afirma Carvalho (2003, p. 90):

A família não é o único canal pelo qual se pode tratar a questão da socialização, mas é, sem dúvida, um âmbito privilegiado, uma vez que essa tende a ser o primeiro grupo responsável pela tarefa socializadora. A família constitui uma das mediações entre o homem e a sociedade. Sob este prisma, a família não só interioriza aspectos ideológicos dominantes na sociedade, como projeta, ainda, em outros grupos os modelos de relação criados e recriados dentro do próprio grupo.

Diante do exposto torna se claro a necessidade da proteção da família, e os objetivos do CRAS na busca do fortalecimento dos vínculos familiares. Nele, há a intervenção com famílias e indivíduos e busca orientar estes para a convivência familiar desenvolvido no PAIF. Em seguida, será abordada atendimento na perspectiva do SUAS com centralidade na família, independente dos formatos que esta assuma, sendo considerada como proteção principal na socialização de seus membros e na garantia da convivência familiar.

3 A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NO ÂMBITO DO SUAS

Nesta seção será abordado através do SUAS, a importância da Família na Política de Assistência Social, com foco no eixo estruturante Matricialidade Sócio-Familiar, pois é a partir desse eixo que a família e seus membros passam a ter centralidade nas políticas públicas. Esta atenção se dá às mudanças societárias e as graves consequências que os processos de exclusão sociocultural geram sobre as famílias, aumentando suas vulnerabilidades e contradições, por isso, faz-se essencial sua centralidade no âmbito das ações da Política de Assistência Social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização, provedora de cuidados aos seus membros, mas, que precisa também ser cuidada e protegida.

Esse cuidado e proteção podem gerar qualidade de vida, e está diretamente ligada as relações afetivas entre as pessoas. Incluem-se nessas relações não apenas o casal e filhos, mas todos aqueles com quem convivemos. É nesse pensamento moderno que aponta a NOB para o conceito de família: “[...] Núcleo afetivo, vinculada por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, onde os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero” (BRASIL, 2005, p. 90).

A família é base da sociedade, o ambiente onde se desenvolvem as estruturas psíquicas e sociais, onde o indivíduo forma sua identidade. Ela estabelece os papéis e a hierarquia entre seus membros. É o espaço de acareação de gerações em que os seus membros manifestam suas diferenças. Nem sempre é fácil o consenso entre os membros da família. A rápida transformação da sociedade frequentemente gera conflitos dentro da família. Muitos desses conflitos podem ser solucionados com um bom diálogo e respeito mútuo. A comunicação entre as pessoas exige perceber, tentar compreender a expressão de sentimentos do outro e buscar diariamente o entendimento mediante negociação e compromisso. Não é fácil desenvolver a capacidade de comunicação, mas empregar esforços para isso produz efeitos positivos.

O diálogo tem um impacto muito grande na saúde física e mental dos membros da família, pois influencia na maneira como as pessoas lidam com o relacionamento. Pode afastar situações estressantes. Se a satisfação do convívio

saudável for substituída por conflitos, a família será sem dúvida propensa a risco e vulnerabilidade social. Pois como descreve Pinheiro (2009, p. 40):

A afetividade tem sido compreendida no âmbito do direito constitucional, como um princípio que encontra seu nascedouro na família. É salutar lembrar que a convivência familiar pode ser considerada, pois, como um fator de extrema relevância no resultado da otimização dos elementos que potencializarão o conhecimento e estímulo do crescimento do homem em todas as suas facetas.

Para melhor entender esse contexto, é necessário refletir sobre a estrutura das famílias, evidenciando a diversidade de seus arranjos familiares e as mudanças na sua configuração.

O conceito jurídico de família se restringia ao grupo formado pelos pais e filhos. Onde se exerce a autoridade paterna e materna, a participação na criação e educação, orientação para a vida profissional, disciplina do espírito, aquisição dos bons ou maus hábitos influentes na projeção social do indivíduo (PEREIRA apud KRETER, 2007).

Nas definições clássicas de família, o critério de consanguinidade aparece com nitidez. Existem diferentes arranjos familiares, porém como coloca Rosa (2006), há um modelo idealizado, que vemos desde criança nos livros escolares, nos filmes e propagandas da televisão: a chamada família nuclear, onde a divisão de papéis é bem definida, a mãe cuida da casa e dos filhos, e o pai é o chefe da família. É a tradicional família heterossexual, monogâmica e patriarcal.

Hoje as estruturas familiares têm sido marcadas pelas mudanças ocorridas nas sociedades humanas, no que diz respeito à tecnologia, à divisão social do trabalho, ao reordenamento dos papéis sociais (gênero, geração, etc.). Neste contexto a família nuclear deixa de ser o modelo vigente na sociedade, pois se fazem presente novas formas de organização familiar, relacionadas à convivência não só entre seus membros, mas envolvendo relações com a comunidade e com a sociedade de maneira mais ampla (ROSA, 2006).

Agora o que vai se sobressair nas famílias são os laços de afetividade e solidariedade, pois:

O cotidiano das famílias é constituído por outros tipos de vínculos que pressupõem obrigações mútuas, mas não de caráter legal e sim de caráter simbólico e afetivo. São relações de apadrinhamento, amizade e vizinhança e outras correlatas. Constatam dentre elas, relações de cuidado estabelecidas por acordos espontâneos e que não raramente se revelam mais fortes e importantes para a sobrevivência cotidiana do que muitas relações de parentesco (PNAS, 2005, p. 24).

É interessante observar que a família ocupa um lugar de destaque na política social, ela é ao mesmo tempo beneficiária e parceira. É com o apoio da família que se busca a prevenção dos riscos de isolamento social decorrentes do modo de produção do sistema capitalista. A força protetiva e relacional colocado à família, em especial daquelas em situação de pobreza e exclusão, só é passível de otimização se ela própria recebe atenções básicas.

Pois como afirma Miotto (1997), o lugar da família nas políticas sociais é necessário por conta da situação de pobreza está diretamente ligada à má distribuição de renda, onde o modo de produção capitalista não garante pleno emprego, ficando as famílias em situação de vulnerabilidade, havendo a necessidade da inclusão social através das políticas sociais ofertadas pelo Estado. Segundo a autora, no Brasil o grau de vulnerabilidade vem aumentando, dadas as desigualdades, próprias de sua estrutura social, onde cada vez mais se nota a exigência de as famílias desenvolverem formas estratégicas para manterem a sobrevivência.

É com esse pensamento que se busca o atendimento do SUAS com centralidade na família, independente do modelo que esta assume, sendo considerada como proteção principal na socialização de seus membros e na garantia de vínculos relacionais, por isso ela esta sendo introduzida como centro das políticas de proteção social. Essa centralidade na família tem por objetivo superar a focalização, para que aconteça uma política de forma universalista, que valorizem a convivência familiar e comunitária.

O SUAS tem como eixo estruturante a matricialidade sociofamiliar que se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de Assistência Social. Essa centralidade deve-se:

Ao reconhecimento, pela política de Assistência Social, da responsabilidade estatal de proteção social às famílias, apreendida como “núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social” e “espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias” dos indivíduos (BRASIL, 2009, p. 12).

A família exerce um grande domínio sobre os membros, dando o caminho para um desenvolvimento equilibrado. No entanto existem também inúmeras situações que podem levar a conflitos entre os indivíduos da família, disciplina severa ao extremo, lares desfeitos, abandono afetivo dos pais dentre outras. Cabendo a cada um e sua família desempenhar da melhor maneira possível sua função, estabelecendo dentro do seu lar um convívio afável. onde existam diálogo e respeito entre seus membros, em que se reserva tempo uns para os outros e se reconheça valores, estabelecendo assim o fortalecimento dos vínculos familiares.

Essa é uma das propostas do CRAS, promover o apoio para manter e sustentar os vínculos familiares e comunitários, com todos os bons efeitos que tem na sociedade. E o SUAS elege a matricialidade sociofamiliar como uma de suas bases estruturantes, ele organiza toda a rede sócio-assistencial para o apoio as famílias, a fim de assegurar a toda à população o direito à convivência familiar, seguindo o pressuposto de que para a família prevenir, proteger e manter seus membros é necessário a ação efetiva do poder público. Assim, o CRAS considera as famílias como um espaço de ressonância e sinergia dos interesses e necessidades coletivas e de mobilização à participação ao protagonismo social (BRASIL, 2009).

Conforme o exposto fica evidente a importância da democratização do acesso aos direitos sócio-assistenciais como também o aperfeiçoamento contínuo dos serviços ofertados no CRAS, como a inserção na rede de serviços, apoio aos processos de autonomia, empoderamento da família para cumprir suas funções junto aos seus membros, a busca de resgate de vínculos fragilizados e construção de vínculos familiares e comunitários. Esses serviços ainda devem ser garantidos por meio do incentivo à participação dos usuários no processo de avaliação dos serviços da instituição.

Para cumprir com efetividade esse direito o CRAS deve assegurar às famílias usuárias de seus serviços o poder de avaliar o serviço que eles estão recebendo, contando com um espaço de escuta para manifestar sua opinião. É importante saber se para seus usuários, o CRAS os serviços sócio-assistenciais oferecidos estão

proporcionando o fortalecimento de uma boa convivência familiar. Esses instrumentos sócio-assistenciais desempenham importante papel político de transformação social, que se dá pela capacidade de mobilização de ações coletivas, pela representação de interesses da população e pela inovação de processos e metodologias de trabalho.

Nessa perspectiva, esta pesquisa analisa a percepção dos usuários do CRAS do Município de Lagoa Seca/PB acerca da convivência familiar, o perfil das famílias cadastradas no CRAS, a participação nas ações e serviços, as opiniões dos usuários do Centro de Referência da Assistência Social do Município de Lagoa Seca/PB sobre as condições de convivência familiar, a contribuição do CRAS para o fortalecimento da convivência familiar e os avanços conquistados pelos usuários depois do acolhimento do CRAS. São esses os pontos que nortearão esta pesquisa e será apresentado na seguinte seção.

4 A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LAGOA SECA ACERCA DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR

Neste tópico expomos o resultado da pesquisa desenvolvida no Centro de Referência da Assistência Social, localizado na Rua Antonio Borges da Costa, n. 210, no Centro do município de Lagoa Seca/PB. Fundada em 2008 na gestão do Prefeito Edvardo Herculano de Lima, que se encontra hoje em seu segundo mandato, por meio da reivindicação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

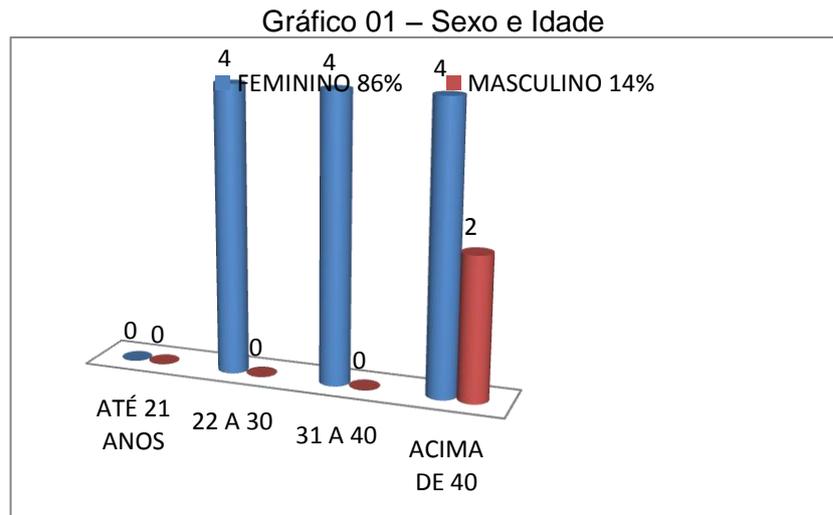
Como forma de facilitar a nossa análise e tomando como referência os objetivos da pesquisa definimos alguns eixos temáticos orientadores da nossa análise, quais sejam: o perfil socioeconômico dos sujeitos, a participação dos usuários em ações e serviços e a percepção dos usuários do CRAS acerca da convivência familiar.

4.1 O PERFIL SÓCIOECONÔMICO DOS SUJEITOS

O objetivo desta seção é a apresentação dos resultados coletados, os quais possibilitaram a construção do perfil socioeconômico dos sujeitos. No tocante aos aspectos de cunho pessoal, as questões versaram sobre sexo, idade e estado civil.

Dentro dos aspectos socioeconômicos, as questões formuladas tratavam da renda familiar mensal e de atividades remuneradas realizadas pelos sujeitos (profissão ou ocupação).

Os sujeitos da pesquisa, compostos por 14 pessoas podem ser caracterizados de acordo com o sexo e a faixa etária, conforme o Gráfico 01:



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2012)

É possível observar no Gráfico 01 que a maioria das pessoas que procuram os serviços oferecidos pelo CRAS são mulheres. Isso mostra que, atualmente, a responsabilidade com a família, ainda, recai, predominantemente, sobre a mulher, que busca comumente os serviços públicos oferecidos. É importante analisar os reais motivos da não participação masculina na busca de serviço e construir espaços para os mesmos no CRAS. O público masculino precisa ser trabalhado junto com os demais, pois só se enxergará resultado positivo, se de fato a política de Assistência Social atingir todos os membros da família.

Desse público total, averiguou-se que o CRAS de Lagoa Seca/PB desenvolve atividades mais focadas nas pessoas acima de 22 anos de idade, é notável segundo a pesquisa, a falta de ações voltadas para o público com menos de 22 anos. Existe o trabalho com as crianças e os adolescentes que é desenvolvido pelo ²Programa de

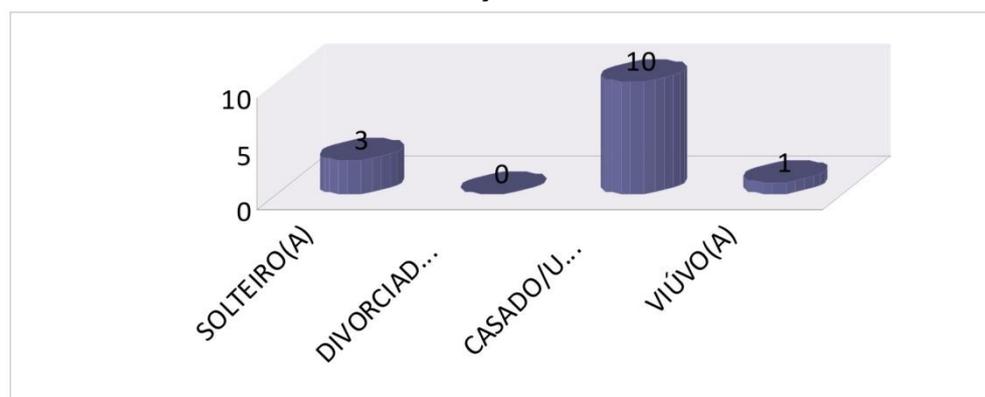
² O PETI articula um conjunto de ações visando à retirada de crianças e adolescentes de até 16 anos das práticas de trabalho infantil, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e pelo programa ³Projovem urbano, programas articulados ao CRAS. Porém não são atividades executado diretamente pelos técnicos do CRAS, falta à criação de grupos direcionados para esses público dentro do CRAS. Dessa forma, ainda, há um espaço a ser preenchido pelo CRAS junto às crianças e adolescentes, conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social.

Podemos perceber dentro do contexto histórico da criança e do adolescente em relação à proteção a família ao longo dos tempos, um grande avanço nas políticas públicas, mas precisamos cada vez mais tentar garantir esses direitos, e para que isso aconteça é de extrema importância incluir esses grupos no CRAS. A realização de oficinas/grupos de convivência com famílias tem o intuito de suscitar uma reflexão sobre um tema de interesse das famílias, sobre vulnerabilidades e riscos ou potencialidades identificados no território, contribuindo para o alcance de aquisições, em especial o fortalecimento dos laços, o acesso a direitos, o protagonismo, a participação social e para a prevenção a riscos (BRASIL, 2012). Por isso é importante que todos os membros da família participem dos grupos.

No que se refere à situação civil dos usuários, observou-se, de acordo com os dados analisados, que a grande maioria se encontra na categoria de casado/união estável, como mostra o Gráfico 02.

Gráfico 02 – Situação civil dos usuários



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2012)

³ O ProJovem Urbano destina-se a promover a inclusão social dos jovens brasileiros de 18 a 29 anos que, apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, buscando sua reinserção na escola e no mundo do trabalho.

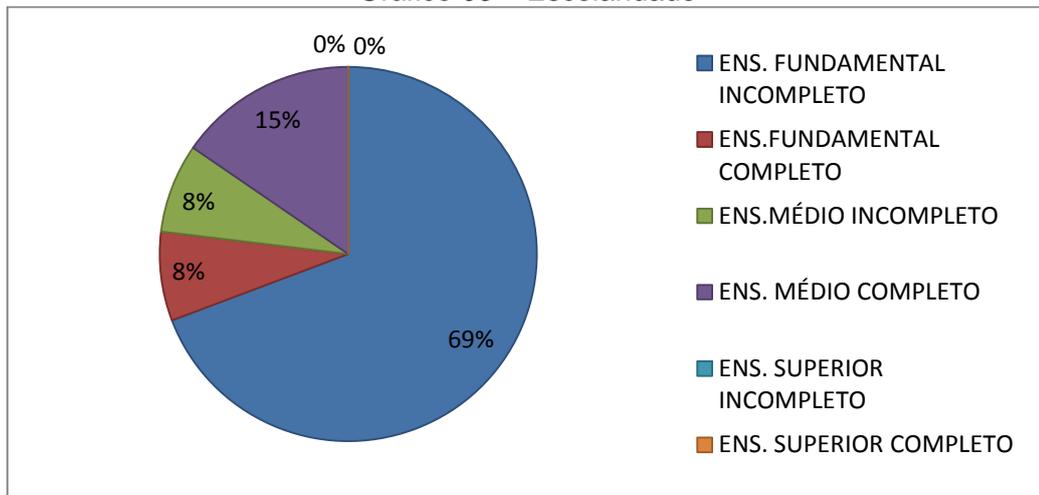
Os dados acima revelam o crescimento de pessoas casadas, esse fato esta acontecendo segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), devido o número de uniões consensuais, aquelas em que não há cerimônia no civil nem no religioso. Houve um crescimento significativo das uniões consensuais entre 2000 e 2010, de acordo com o referido instituto.

Essas uniões são aquelas em que a pessoa vive em companhia de cônjuge sem ter casado no civil ou no religioso. A união estável com contrato registrado em cartório também é considerada consensual. Assim podemos dizer que essa realidade também se aplica a nossa pesquisa, uma vez que, a maioria dos sujeitos, não dispõe de condições financeiras para arcar com os gastos de um casamento. O novo Código civil também colaborou para esse aumento, quando reconheceu por lei a união estável como entidade familiar (BRASIL, 2002).

Com relação à renda familiar, os dados mostram que o CRAS de Lagoa Seca/PB está em acordo com a proposta definida para o trabalho no CRAS, pois 100% dos sujeitos respondeu que sobrevivem com renda inferior a um salário mínimo, esse quadro afirma que estas famílias se encontram em situação de vulnerabilidade social, em virtude de pobreza e privação, porque ninguém consegue viver dignamente com uma renda tão baixa. Vale ressaltar que boa parte desses usuários está vinculada ao BPC ou ao Programa Bolsa Família.

No tocante à escolarização dos usuários, podemos observar o baixo nível escolar, a maioria dos usuários possui apenas o ensino fundamental incompleto (68%), seguido do médio completo (15%). Foi possível observar durante a coleta de dados que apesar dessas pessoas conterem esse grau de escolaridade, apresentaram muita dificuldade para responder ao formulário da pesquisa. Essa situação revela o quanto o ensino formal ainda é precário e que ter concluído uma fase escolar não significa necessariamente que o estudante aprendeu o que foi passado na escola. E esse quadro dificulta o próprio processo de avaliação e participação social, conforme preconiza a PNAS.

Gráfico 03 – Escolaridade

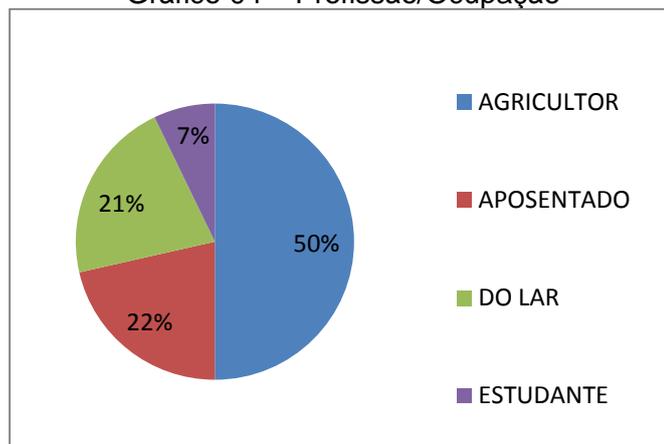


Fonte: Dados da pesquisa de campo (2012)

A ilustração acima aponta para a realidade que ainda persiste e atinge principalmente a região nordeste, onde a deficiência na educação ainda é gritante. De acordo com a PNAS (BRASIL, 2005) um dos motivos que interfere na defasagem escolar é o rendimento familiar *per capita*, sobre a qual comentamos acima. Também cita que a situação atinge principalmente municípios de pequeno porte, como é o caso de Lagoa Seca/PB.

Essa baixa escolaridade reflete diretamente na profissão/ ocupação desses usuários, como mostra o Gráfico 04:

Gráfico 04 – Profissão/Ocupação



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2012)

Os dados apontados no Gráfico 04 revelam que metade dos usuários trabalham ou já trabalharam na agricultura, profissão essa que não exige mão de obra qualificada, nem alto grau de escolaridade.

É importante frisar que a educação é um determinante importantíssimo da renda. Indivíduos melhor qualificados tendem a ganhar mais. Observa-se que a situação educacional dos agricultores do CRAS é precária, o que dificulta a obtenção de emprego nos setores urbanos pelos agricultores em caso de abandono da atividade, deixando essas pessoas dependentes do setor agrícola e de benefícios assistenciais.

Neste sentido, as políticas sociais devem buscar programas que tenha como objetivo reduzir a desigualdade de oportunidades, por meio da inserção e estímulos dessas famílias referenciada do CRAS ao ensino.

4.2 A PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS DO CRAS

É importante analisar o nível de participação das famílias atendidas pelo CRAS de Lagoa Seca/PB nas ações e serviços de proteção social básica efetuada em seu território. Para tanto, os sujeitos foram questionados acerca das estratégias e do nível de participação das famílias nos serviços prestados no CRAS.

Ao serem questionados sobre o grau de satisfação em relação ao trabalho desenvolvido no CRAS, 50% dos sujeitos respondeu está muito satisfeito, 36% satisfeito, 14% pouco satisfeito e nenhum respondeu nada satisfeito. Ao mesmo tempo em que constatamos através das falas e de observações que não existem momentos formais de avaliação do nível de satisfação dos usuários, percebemos que não há rejeição por parte dos usuários dos serviços a respeito do CRAS.

Quando indagados se já participaram com alguma sugestão para o funcionamento do CRAS, 50% responderam que sim e 50% respondeu que não. Os que responderam sim, disseram ter sugerido a realização de atividades e lugares para passeios. Os outros justificaram a não participação com sugestão, por falta de oportunidade ou por achar que não precisavam sugerir nada.

Os sujeitos foram questionados se consideravam úteis sua participação para melhorar o funcionamento do CRAS, 86% respondeu que sim e 14% respondeu que

não. Mas, ao serem novamente questionado, se queria acrescentar alguma sugestão para melhorar o funcionamento do local, 57% respondeu que não e 43% responderam que sim.

Os que afirmaram ter sugestões sugeriram que as reuniões realizassem mais atividades para os grupos, aula de culinária, cursos sobre reciclagem, mais organização no funcionamento dos grupos e mais apoio da prefeitura, pois, segundo eles, o fato de irem para os grupos e não terem atividades para fazer, já estava desestimulando os mesmos a pararem de ir e já levaram os conhecidos deles a desistir de frequentar os grupos do CRAS

Percebe-se, com isso, que a grande maioria não tem noção da importância de sua participação no funcionamento da instituição, pois apesar da grande maioria ter respondido que considerava útil sua participação na pergunta anterior, quando tiveram a oportunidade de sugerir não o fizeram. É essencial que a participação social seja trabalhada com a população usuária, pois:

A participação social é considerada um dos aspectos inovadores da arquitetura do SUAS. De fato, no campo da Assistência Social o debate sobre a participação demonstra uma alteração no padrão de relacionamento do Estado com a sociedade civil no tocante ao processo de intermediação dos interesses organizados e da luta pela efetivação dos direitos sociais (COUTO et al, 2011, p. 119).

A participação tem caráter democrático e descentralizador, e reconhece as pessoas com sujeitos de direito em formação e com efetiva participação no mundo público. Todos têm potencial para participar do processo de cidadania, basta que exista o estímulo para essa participação se concretizar.

4.3 A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DO CRAS DE LAGOA SECA/PB ACERCA DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR

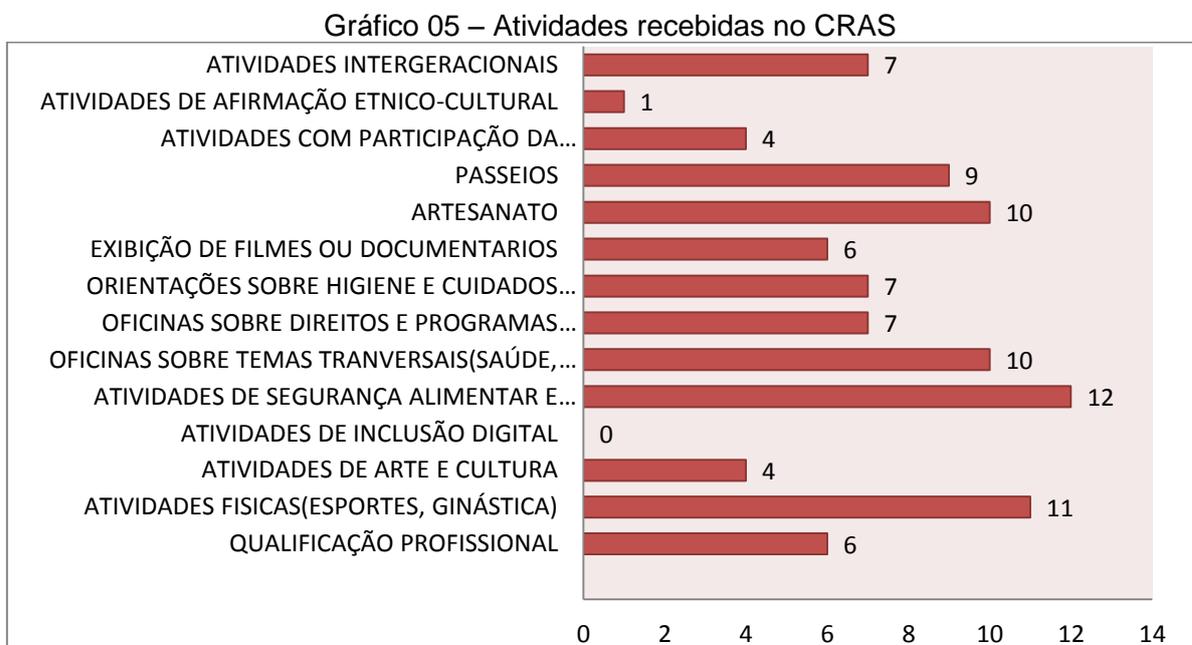
Para aferir a percepção dos usuários do CRAS de Lagoa Seca acerca da convivência familiar foi necessária a aplicação de formulários junto aos usuários, com questões que buscavam apreender as opiniões dos usuários quanto à temática, as reais contribuições que consideravam que foram efetuadas pelo CRAS para as

famílias atendidas e os avanços conquistados pelos usuários depois do acolhimento do CRAS.

Seguindo o pressuposto que Convivência e o Fortalecimento de Vínculos representam, assim, o compromisso do Governo Federal em garantir as seguranças sociais de acolhida, de desenvolvimento e de convívio familiar e comunitário e que o CRAS deve ofertar esse serviço, baseado no respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, aos valores, às crenças e às identidades das famílias. Fundamentado no fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares.

Um dos questionamentos formulados aos sujeitos da pesquisa foi com relação ao tipo de atendimento e atividades recebidas no CRAS, o tempo de participação no grupo, a motivação para participar dos grupos e os assuntos mais trabalhados.

O gráfico 05 mostra os tipos de atividades que devem ser feitas no CRAS segundo Brasil (2005), e quais o CRAS de Lagoa Seca/PB estar executando, de acordo os sujeitos participantes da entrevista.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2012)

Sobre as atividades trabalhadas com os usuários, o Gráfico 05 aponta que o artesanato, a segurança alimentar e as atividades físicas foram os mais trabalhados pelo CRAS de Lagoa Seca, seguidos dos passeios. E, também, demonstra a falta de inclusão digital desses usuários, pois 100% dos entrevistados declararam nunca ter tido nenhum contato com a informática, esse fato acaba por dificultar a possibilidade de competição pelos postos de trabalho em mercados cada vez mais exigentes orientados por novas tecnologias de informação ou até mesmo o simples contato com informática.

A Inclusão Digital também é um meio para promover a melhoria da qualidade de vida, uma vez que gera conhecimento e troca de informações. Vale ressaltar que a baixa escolarização como vimos no Gráfico 03, reforça esse processo de exclusão digital.

Um fato que chamou atenção, Gráfico 05, foi quanto às atividades de afirmação étnico-cultural. Com uma população cada vez mais diversificada, torna-se urgente que sejam adotadas novas atitudes que oriente que a diversidade existe, não é um fenômeno novo e não pode ser ignorada. As atividades voltadas para essa área é imprescindível para o combate ao preconceito, discriminação e estigmatização. E os dados do Gráfico 05 mostram que esse é um assunto pouco trabalhado no CRAS. As outras atividades encontram-se na média de frequência.

Importa registrar aqui que entre os sujeitos da pesquisa 28% participam do grupo a menos de um ano, 36% de 1 a 2 anos, e 36% de 3 a 4 anos. As atividades que mais gostam de participar são artesanato, culinária e os passeios. Esses dados são de grande relevância, pois apontam que os sujeitos possuem domínio em suas respostas já que estão há um bom tempo no CRAS.

Quando indagados sobre a motivação para participar dos grupos existentes no CRAS, 72% respondeu ter sido uma colega que a informou sobre a existência do Grupo ou eles mesmos procuraram saber, 14% foram encaminhados do Programa Saúde da Família e 14% receberam uma carta convite da instituição. Esses dados revelam o quanto o processo de articulação, ainda, é frágil entre o CRAS e as demais instituições públicas.

Vale ressaltar que os serviços oferecidos pelo CRAS devem ser articulados em rede, visando potencializar suas ações, para melhor atender as necessidades das famílias e garantir eficazmente uma estrutura de cuidado e proteção.

Os assuntos mais trabalhados no CRAS, segundo os usuários, são direcionados à área da saúde. Quanto indagados se a temática convivência familiar já tinha sido abordado nas reuniões, 50% respondeu que sim e 50% respondeu que não. Os que responderam já ter tido acesso à discussão acerca da convivência familiar demonstram uma percepção da convivência familiar enquanto sinônimo de diálogo e de harmonia, conforme explicitam as falas seguintes:

A união, o diálogo, com os dois existe uma boa convivência (F14).

Mais harmonia, mais amor, menos violência, as crianças não trabalharão (F9).

Apesar da grande dificuldade que todos tiveram de responder a essa questão, os sujeitos (F14 e F9) citados acima, foram os que conseguiram melhor aproximação sobre o significado do tema, os demais responderam em poucas palavras que seria “A união na família, viver junto”. Esses dados mostram que a grande maioria não tem consciência sobre o real significado da temática, pois a convivência familiar não é só viver juntos ou unidos, vai além disso, significa viver em harmonia, com laços fortalecidos.

Fazer com que os momentos juntos sejam marcados pela conversa, pela troca de afeto e respeito mútuo, tudo isso colabora para fortalecer os vínculos. Manter a rede afetiva fortalecida, fazendo com que cada membro da família se sinta acolhido no lar, encontrando nele a segurança de que necessitam, é essencial para buscar melhor qualidade de vida.

Em seguida os entrevistados foram indagados de como era a sua relação com as pessoas que moravam em sua residência, a grande maioria respondeu que era boa. Os sujeitos declararam:

Bom apesar de ter alguns problemas, mas isso é normal toda família passa por um problema difícil (F6).

Já houve atritos, mas é boa (F13).

Ao ser perguntado acerca da existência de conflito familiar e de que forma estes eram resolvidos, percebe-se uma grande resistência para responder essa

pergunta, 50% responderam que não tiveram nenhum conflito e 50% responderam que sim. Entre os que responderam sim, destacamos as falas:

Sim. Conversando, respeitando a opinião do outro (F13).

Briga com vizinhos, com a família, mas agora tá tudo bem (F9).

Esses dados apontam para o fato de que falar sobre o ambiente familiar é muito difícil, pois 50% dos entrevistados negaram que já tivesse acontecido algum conflito na família, essa é uma situação difícil de acreditar, pois segundo a PNAS não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades (BRASIL, 2005).

Tendo em vista que os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos são complementares ao PAIF e devem viabilizar, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, trocas culturais e de vivência entre pessoas, fortalecendo os vínculos familiares e sociais, incentivando a participação social, o convívio familiar e comunitário e trabalhando o desenvolvimento do sentimento de pertença e identidade (BRASIL, 2010). É importante saber como os usuários avaliam a contribuição do CRAS de Lagoa Seca para fortalecer a sua convivência familiar. De acordo com os usuários:

As atividades que aprendo aqui levo para casa (F15).

O apoio, ajudando nos momentos difíceis (F3).

O incentivo por parte dos profissionais, levo para minha vida (F13)

Poucas pessoas declararam que a não contribuição do CRAS para o fortalecimento dos vínculos, apesar de uma pequena parcela declarar isso, a grande maioria e as falas acima vem reafirmar a importância do trabalho do CRAS para o fortalecimento dos vínculos, pois como F15 declarou tudo o que ela trabalha no CRAS, ela “apreende e leva pra casa”, onde passa para o resto da família esse é o objetivo do CRAS atingir a família como um todo, não apenas aqueles indivíduos que procura os serviços.

Dessa forma, o CRAS propicia trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares. Mas as pessoas entrevistadas que responderam não, deixaram claro que têm dúvidas sobre a real contribuição do CRAS.

Foram averiguados junto os usuários, se houve mudanças na sua forma de pensar e agir com os familiares depois que começaram a participar do CRAS e o que mudou no relacionamento com a família depois dessa inserção nos grupos. A resposta de 23% dos usuários foi que não mudou nada, porém 77% dos entrevistados responderam que sim, segundo eles:

Melhorou o relacionamento com o meu marido, com os filhos, me tornei menos agressiva (F9).

Antes não tinha dialogo e hoje tem fiquei mais paciente (F15).

As atividades nos fazem refletir e entender os outros (F13).

Esses depoimentos revelam que quando executado como preconiza a PNAS, a NOB/SUAS e a NOB-RH/SUAS, documentos que balizam o SUAS, o CRAS cumpre com sua finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Fortalece a cultura do diálogo, o combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares.

Para que as mudanças almejadas por todos que ajudaram a construir o SUAS sejam atingidas, um longo caminho deverá ser percorrido, priorizar a atenção às famílias, seus conflitos já é um bom começo. Trabalhar o indivíduo voltado para a família, discutir formas de resolução de conflitos, os papéis desempenhados pelos membros, construção dos vínculos e a democratização do ambiente familiar vai ajudar a melhorar a convivência familiar e superar vulnerabilidades.

5 APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

A Política de Assistência Social avançou muito desde o reconhecimento como Política Pública na Constituição Federal de 1988, porém, ainda há muito que se

fazer para que todos tenham acesso aos serviços e ações com qualidade. Com o novo modelo do SUAS que tem como foco a centralidade na família, pretende-se romper com a segmentação e o focalismo no atendimento, trabalhando com a família na totalidade, através do atendimento de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, que tem o CRAS, como unidade pública da proteção social básica no âmbito local.

Ao analisarmos a percepção dos usuários do CRAS de Lagoa Seca acerca da Convivência familiar foi possível constatar que o entendimento sobre a temática ainda é frágil entre os usuários e os serviços oferecidos focalizados em determinados grupos. Para que o trabalho com famílias e a sua inclusão em políticas sociais alcance o resultado esperado se faz necessária uma visão de totalidade da família. Esta concepção de família possibilita promover a inclusão social de forma mais extensa, pensando nas dificuldades de todos. O atendimento aos indivíduos de forma isolada do contexto familiar mostra-se ineficiente no fortalecimento dos vínculos familiares.

A participação das famílias em espaços formativos e educativos contribui para o estabelecimento e fortalecimento de formas de convívio, e de resolução de conflitos, de maneira democrática e coletiva. Os serviços prestados no CRAS facilitam às famílias a convivência, a valorização de sua cultura e o respeito entre os membros.

No decorrer desse estudo procurou-se dar ênfase ao direito à convivência familiar. O que se constata, também, é a falta de atividades que favorecem o diálogo e o convívio com as diferenças, a valorização do vínculo afetivo e também propiciem às famílias uma reflexão sobre os mesmos. E isso é afirmado com base na certeza de que quando da efetivação do bom convívio há uma visível melhora na qualidade de vida. E o CRAS tem papel fundamental no processo de emancipação da família e de seus membros.

Conhecer o perfil das famílias, os dinamismos de suas relações, os vetores que constroem e desconstroem os vínculos que a constituem, estimular a participação desses sujeitos no cotidiano do CRAS, identificar as condições de convivência familiar e avaliar se essas ações estão atingindo seus objetivos, contribuem para orientar as atividades que estão sendo desenvolvidas, ampliam as possibilidades de formular decisões a partir do que foi avaliado e colabora nas ações e serviços da instituição.

REFERÊNCIAS

ANANIAS, Patrus. CRAS: um lugar de (re)fazer histórias. **CRAS: um lugar de(re) fazer histórias**, Brasília, ano 1, n. 1, 2007.

BRASIL, Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 jan. 2002.

BRASIL, Presidência da República. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe Sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 dez. 1993.

BRASIL. Decreto n. 4.682, de 24 de janeiro de 1923. Lei Eloy Chaves. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 jan. 1923.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome. **Plano nacional de promoção, proteção e direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária**. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, **Diretrizes para o acompanhamento familiar no âmbito do PAIF**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades/arquivos>>. Acesso em: 08 set. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas sobre o serviço de fortalecimento de vínculos para criança e adolescentes de 6 a 15 anos**. Brasília: MDS, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004); Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**. Brasília: MDS, 2005.

BRASIL. **O CRAS que temos, o CRAS que queremos**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/O%20CRAS%20que%20temos%20O%20CRAS%20que%20queremos%20-%20Orientacoes%20Tecnicas%20Metas%20de%20Desenvolvimento%20dos%20CRAS.PDF/view>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição (1988)**. Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

CARVALHO, Maria do C. Brant de (Org.). **Família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 2003.

COUTO, Berenice Rojas et al. **O sistema único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 15 jun. 2012.

KRETER, Mônica Luiza de Medeiros. **Conflitos interfamiliares de guarda e o princípio do melhor interesse**: uma associação possível. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 55, 1997.

PINHEIRO, Alcyvania Maria Cavalcante de Brito. **Ave sem ninho**: o princípio da afetividade no direito à convivência familiar. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. A centralidade da família na política de Assistência Social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006. **Anais...** São Paulo, 2006.

APÊNDICE A - FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS

A presente pesquisa objetiva levantar dados para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. Na certeza de contar com a colaboração de todos, desde já agradeço.

I- Perfil sócio-econômico:

1- Sexo:

Masculino Feminino

2- Idade:

Até 21 anos 22 a 30 anos

31 a 40 anos acima de 40 anos

3- Estado Civil:

Solteiro Casado ou união estável

Divorciado ou separado Viúvo

4- Renda Familiar:

Até 1 salário mínimo 2 a 4 salários mínimos

5 a 8 salários mínimos Acima de 8 salários

5- Escolaridade:

Ens. Fundamental incompleto Ens. Fundamental completo

Ens. Médio incompleto Ens. Médio completo

Ens. Superior incompleto Ens. Superior completo

6-Profissão_____

Ocupação_____

II- Participação e percepção dos usuários nas ações e serviços:

7- Indique o seu grau de satisfação em relação ao trabalho desenvolvido pela CRAS:

Muito Satisfeito

Satisfeito

Pouco satisfeito

Nada satisfeito

8- Participou com alguma sugestões para o funcionamento do CRAS?

Sim. Qual/quais?_____

Não. Porquê?_____

9- Considera útil a sua participação para melhorar o atendimento no CRAS ?

Sim

Não

10- Você tem alguma sugestão para melhorar o funcionamento do local?

Sim Não

Qual é a sugestão?

11- Se você acha que tem algo importante sobre o CRAS, que não foi perguntado? Escreva aqui.

III- Fortalecimento de Vínculos:

12- Que tipo de atendimento recebe no CRAS?

- () Atividades de qualificação profissional () Atividades físicas (esportes, ginástica)
 () Atividades de arte e cultura (dança, teatro, música e etc)
 () Atividades de inclusão digital () Atividades de segurança alimentar e nutricional () Oficinas sobre temas transversais (saúde, meio ambiente, cultura, esporte) () Oficinas sobre direitos e programas sociais
 () Orientações sobre higiene e cuidados pessoais
 () Exibição de filmes ou documentários () Artesanato (bijuterias, pintura em tecido, bordado, crochê, etc.) () Passeios () Atividades com participação da comunidade () Atividade de afirmação étnico-cultural () Atividades intergeracionais ()

13- Há quanto tempo você é cadastrado no CRAS?

14- Qual a atividade que você mais gosta de participar do CRAS?

15- Participa de algum grupo? Qual?

16- O que levou você a participar do Grupo?

17- Quais são os assuntos mais trabalhados nas reuniões?

18- Já foi abordada a temática convivência familiar?

19- O que você entende por convivência familiar?

20- Como é a sua relação com as pessoas que moram na sua residência?

21- Você e sua família já se envolveram em algum conflito? E como resolveram?

22- Em sua opinião qual a contribuição do CRAS do Município de Lagoa Seca-PB para fortalecer a sua convivência familiar?

23- Você mudou sua forma de pensar e de agir com seus familiares depois que começou a participar do CRAS?

() Sim () Não

O que mudou no seu relacionamento com sua família depois de sua participação no CRAS?